

Petrogrado, Xangai



Por Pedro Ramos de Toledo*

Comentário sobre o livro de Alain Badiou acerca das duas principais revoluções do século XX

Alain Badiou analisa a Revolução bolchevique de Outubro de 1917 e a Revolução Cultural Proletária (RCP) de 1965 como experiências de ação popular, que transbordam as formas então estabelecidas de ação política e propiciam por isso o desenvolvimento de novidades políticas, novos espaços que dissolvem as condições historicamente dadas, por sua vez plasmadas nas formas tradicionais de dominação.

Em jogo encontra-se aquilo que Badiou denominou “hipótese comunista”, i.e., uma verdade política que se insere simbolicamente na história e que aponta, através de novas formas de ação coletiva, em direção à emancipação humana (Badiou, 2010: p.248). Este movimento – histórico, político e subjetivo – opera por meio da relação dialética entre dois conceitos centrais no pensamento de Badiou: o “evento”, definido pela ruptura da ordem normal dos corpos e das linguagens e que possibilita não apenas a criação de novas possibilidades, mas o florescer da possibilidade das possibilidades; e o “Estado”, um sistema de amarras que limita aquilo que é politicamente possível. Como Badiou coloca: “O Estado é sempre a finitude da possibilidade e o evento sua infinitização” (Badiou, 2010: p.243). Para o autor, portanto, importa menos o destino dos Estados paridos pelas revoluções de 1917 e 1949, e mais os seus eventos seminais, isto é, a emergência de novas formas de ação coletiva e as possibilidades que gestaram – e ressuscitaram – a luta pela igualdade radical em contraposição ao Estado de configuração “neolítica”, em que a propriedade privada e a divisão social do trabalho permanecem como suas principais fronteiras, determinando aquilo que é possível.

Composto a partir intervenções pretéritas, “Petrogrado-Xangai” é um opúsculo organizado em quatro capítulos, cujas reflexões do autor sobre a experiência russa e chinesa encontram-se intercaladas com a análise de dois documentos primários: as “Teses de Abril” (1917), de Vladimir Lenin; e “A decisão em dezesseis pontos” (1966), cuja elaboração fora supervisionada por Mao Tsé-Tung. A edição aqui resenhada contou com a introdução de Ivan de Oliveira Vaz, que apresenta sucintamente um panorama do pensamento de Alain Badiou e as raízes biográfica e política de seu engajamento político.

No primeiro capítulo “Sobre a Revolução Russa de outubro de 1917”, Badiou elabora suas reflexões a partir da crítica daquilo que denomina “condição neolítica”, cujos parâmetros foram lançados há dezenas de milhares de anos e que, ainda hoje, limitam aquilo que é possível: a perpetuação de uma sociedade de classes amparada pela existência de um Estado coercitivo, cujo papel é garantir ilimitadamente a propriedade privada. A despeito das inúmeras formas históricas que diferentes sociedades desenvolveram durante a aventura humana na terra, Badiou é categórico: “A verdade é que somos neolíticos” (Badiou, 2019: 40). Neste panorama, o autor determina a condição universal da humanidade – sua unidade – como o fio condutor que insta o nascimento de novas ideias e práticas, as quais objetivam a realização da igualdade radical

- revoluções. Cada revolução traz consigo não somente a possibilidade de superação do Estado Neolítico, mas ressuscita as revoluções que a antecederam, trazendo para o campo da luta política a pauta da igualdade radical, a realização da unidade humana. É sob o consenso do Estado Neolítico, que determina a finitude das possibilidades, que as revoluções e seus líderes acabam vilipendiados. Como salienta Badiou: “Quando se houve “totalitário” [...] é preciso pensar automaticamente que por trás, mal escondido, há um ‘igualitário’.” (Badiou, 2019: 35).

É a partir da superação do Estado neolítico, da reconciliação da humanidade consigo mesma, da realização da unidade humana que Badiou faz seu julgamento da Revolução Russa de outubro de 1917. A Revolução Russa, assim como a Revolução Francesa e a Comuna de Paris, buscou estabelecer o reino da igualdade radical, buscou superar o Estado Neolítico. O autor define assim sua tese: “a Revolução Russa mostrou, pela primeira vez na história, que era possível dar certo”. Para aqueles que olham para a revolução de outubro de 1917 a partir do fracasso do estado soviético, Badiou pondera que sua importância não se encontra no destino de seu desenrolar histórico, mas naquilo que é novo, que supera o Estado Neolítico e aponta para a possibilidade de vitória: “[...] A Revolução Russa mostrou a possibilidade da possibilidade de uma humanidade reconciliada consigo mesma”. Em suma, a realização da hipótese comunista e a afirmação da igualdade enquanto força vital da humanidade, em contraposição à condição neolítica do capitalismo, que limita a realização da unidade humana e nos prende em um passado eternamente presente, no qual somos obrigados a habitar.

Em que se caracteriza essa “possibilidade da possibilidade”? Devemos retornar novamente ao pensamento de Badiou. A possibilidade da possibilidade é o elemento fundante do evento, que transborda as limitações impostas pelo Estado sobre aquilo que é possível. Badiou olha para a Revolução de outubro de 1917 a partir da novidade política que enseja, i.e. das formas de ação coletiva que instauram novas possibilidades e guiam subjetivamente os homens a se inserirem na narrativa da história. No caso russo essa novidade parte da combinação entre uma vanguarda revolucionária altamente disciplinada e a criação de assembleias de democracia em massa e acaba por direcionar uma revolução que visava tão somente à alteração da forma do Estado para a criação de uma forma de organização social completamente nova, na qual “[...] a gestão das coisas que importam em comum aos homens são decididas por todos os que trabalham” (Badiou, 2019: p.47). De acordo com o autor, a Revolução Russa mostrou que a vitória de um mundo pós-neolítico é possível, pouco importando o destino que lhe aguardou no final do século XX: “A Revolução Russa permanece como um emblema desse presente vivo que luta contra a morte e que, por mais passado que possa parecer, não deixa de ser contra a morte, voltado para o futuro” (Badiou, 2019: p.50)

O segundo capítulo trata da análise das “Teses de Abril”, escritas por Lenin durante o governo provisório de Kerenski. Para Badiou, esse documento possibilita compreender a novidade política proposta por Lenin, definida pelo confronto entre duas categorizações de política: por um lado, a política enquanto conjunto dos processos que dizem respeito ao Estado e sua gestão; e por outro, a divisão das populações em torno daquilo que constitui seus objetivos. É a partir dessa leitura que o autor atribui à Revolução de Outubro seu caráter de “obra política”, uma revolução na revolução, que supera a mera transformação da forma de poder proposta pela revolução de fevereiro e propõe “mudar a organização da sociedade como um todo, confiando a produção [...] à gestão decidida por todos aqueles que trabalham” (Badiou, 2019: p.53). Badiou intenta demonstrar a partir da leitura pormenorizada de cada tese a forma como Lenin compreendeu, já em abril, as limitações inerentes ao governo provisório, preso à concepção primeira de política, confrontando-a a partir das “Teses de Abril” com a segunda definição. As diversas contradições que emergiram das limitações do governo provisório frente aos anseios das gigantescas camadas populares foram percebidas com muita sensibilidade e argúcia por Lênin, permitindo que o líder bolchevique anteviesse a possibilidade de uma reconfiguração radical do Estado e da sociedade, conforme expressou nas famosas “teses”. Antes mesmo dos eventos de outubro estava colocada na mesa a possibilidade da possibilidade, a hipótese comunista.

A obra prossegue através da análise de Badiou acerca da Revolução Cultural Proletária e como aquele evento transbordou os limites do Partido-Estado, i.e. a fusão entre a organização representativa das massas e o aparato burocrático-coercitivo que estrutura e determina aquilo que é politicamente possível. Para o filósofo a RCP é fruto da contradição que emerge de um Estado que, nominalmente proletário, acaba por reorganizar a burguesia dentro dos seus quadros administrativos. À margem do ‘Estado-Fato’ no qual se fundem partido e Estado, a RCP permitiu a eclosão da ação

revolucionária das massas, i.e. do evento que configura a obra política da própria revolução e que dá prosseguimento à luta de classes. Badiou inicia sua reflexão enumerando três razões que entende justificarem a RPC enquanto novidade política: a referência constante que foi para ação militante em todo o mundo a partir de 1967; a saturação da forma partido-estado, transbordando o Partido Comunista Chinês (PCC) enquanto espaço delimitado para a ação política; e seu exemplo-tipo do pensar a história a partir da política, permitindo aos sujeitos se realizarem conscientemente, a partir da participação em um processo político, na trama do movimento histórico (Badiou, 2010: 235).

Para sua análise, Badiou estabelece um recorte cronológico que destoa das periodizações tradicionais que tratam da RPC, concentrando-se no período que se estende entre novembro de 1965 e junho de 1968. Seu critério é a existência da atividade política de massas e das inúmeras possibilidades que dela emergem: novos espaços, novos slogans, novas sociabilidades e organizações. Esse levante de possibilidades alimenta a hipótese de Badiou: a RPC foi possível devido à cisão insolúvel que se estabeleceu dentro do PCC a partir do fracasso do “Grande Salto para Frente”, que colocou em lados opostos duas correntes: uma corrente majoritária, composta pelos quadros reacionários do PCC; e sua contraparte minoritária, porém dotada de legitimidade política e histórica, liderada por Mao Tsé-Tung. Uma vez que tal contradição não podia ser solucionada através das regras do formalismo burocrático, nem tampouco pelos métodos estalinistas de expurgo, restava somente a mobilização política das massas, fora dos parâmetros do Partido-Estado, como ferramenta para impor mudanças na estrutura de comando do PCC.

A partir dessa hipótese, Badiou elabora em ordem cronológica sete referentes históricos com os quais busca verificar o caráter de novidade política da RCP: a “circular em 16 pontos” de agosto de 1966, que inaugurou a ruptura política do grupo de Mao junto ao aparato burocrático do PCC; o surgimento das guardas vermelhas, a partir da primavera de 1966, formadas por jovens estudantes e que colocaria em xeque os caminhos e decisões tomadas pelo Estado chinês na condução do processo revolucionário, exigindo sua reavaliação e incitando a luta revolucionária contra as velhas ideias e velhos costumes; o surgimento da Comuna de Xangai, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1967, que inaugurou a entrada de parte do movimento operário ao lado das guardas vermelhas e a destituição da municipalidade de Xangai; as tomadas de poder e a formação dos comitês revolucionários, nos primeiros meses de 1967, caracterizadas pelo rompimento objetivo do Poder Central do PCC a partir da proliferação da experiência da Comuna de Xangai por todo o país; o incidente de Wuhan, considerado por Badiou como a apoteose da RPC, que envergou a unidade do Exército Popular quase ao ponto da ruptura e levou Mao a reavaliar o caráter iconoclástico dos elementos mais radicais das Guardas Vermelhas; a entrada dos operários nas universidades no final de julho de 1968, momento que põe fim à independência das organizações estudantis e seus múltiplos sectarismos, concluindo assim o ciclo de novidades políticas gestados pela RPC. Badiou ainda reserva um espaço para discutir o culto a personalidade de Mao, refutando as críticas mais comuns entre comentaristas ocidentais ao reposicionar tal culto a partir do papel representativo que Mao exercia junto à juventude enquanto encarnação do partido proletário que ainda se encontrava por vir e cuja gênese passava pela luta de classes junto ao PCC e sua consequente restauração. De acordo com Badiou: “Mao designava a construção do socialismo, mas também a sua destruição”. (Badiou, 2019: p.85).

Reservando para a leitura da “Circular em 16 pontos” o último capítulo desta obra, Badiou buscou demonstrar, a partir da perspectiva deixada pela Revolução Cultural Proletária, a impossibilidade da emancipação – da superação da condição neolítica – enquanto a atividade política estiver circunscrita ao Partido-Estado. Toda singularidade que define a condição revolucionária e que joga no plano simbólico da História a hipótese comunista encontra no Estado-fato e nos modelos partidários a muralha que impede a transposição de seus limites. A RPC mostrou-se uma rica e novíssima experiência de massas, fadada ao fracasso ante a impossibilidade em articular as novas formas de sociabilidade e participação política e a manutenção do poder do Estado. Badiou aponta para a RCP como a última revolução ainda ligada de forma dogmática ao motivo das classes, da luta de classes e da representação partidária. A transição para novas formas de organização política, que superem a forma esvaziada do Partido-Estado é a única possibilidade que se abre para a emancipação do gênero humano. Sem esse horizonte, resta somente o Neolítico, cuja forma tardia é encarnada em um capitalismo globalizado cada vez mais atroz, selvagem, desigual e predatório. Cento e um anos antes da publicação de “Petrogrado, Xangai”, Aleksandr Blok, poeta da Revolução Russa, antecipou magistralmente na forma poética o rigor epistemológico de Badiou: “Quando tais intenções ocultas desde tempos imemoriais na alma humana, na alma do povo, arrebatam os caminhos que as

enjaulavam e lançam-se em um fluxo tempestuoso, rompendo as barragens, inundando os rebotalhos das margens, isso se chama revolução” . (Blok, 2017[1918] p. 21)

***Pedro Ramos de Toledo** é mestre em história pela USP.

Referências Bibliográficas

BADIOU, Alain. *“Petrogrado, Xangai: as duas revoluções do século XX”*. Ubu Editora, São Paulo, 2019 (<https://amzn.to/3QJP1cB>)

_____, *“The Communist Hypothesis”*. Ed. Verso, London, 2010 (<https://amzn.to/3P0CBhM>)

BLOK, Alexandr. “A Intelligentsia e a Revolução” in: GOMIDE, Bruno Barretto [org]. *“Escritos de Outubro: os intelectuais e a revolução russa”*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2017 (<https://amzn.to/45DPjbP>).